

# Entre a cruz e a espada

Tarcísio Holanda

O ponto principal do relatório Ludwig parece falho a muitos políticos experimentados de diferentes partidos. De nada adiantaria vir o presidente da República à Nação para explicar o que tem sido explicado de forma, frequentemente debochada, por alguns de seus auxiliares. O povo já enfrentou a fase psicológica da economia de guerra, já se dispôs a aceitar os sacrifícios impostos pela política econômico-financeira, à espera de que a inflação e o custo de vida se tornassem mais suportáveis — e nada disso aconteceu.

A opinião pública brasileira está à espera de medidas concretas do governo, capazes de prometer, pelo menos, uma mudança para melhor da situação, ou de abrir uma nesga de esperança dentro do túnel escuro no qual passamos a coexistir. O presidente pouco teria a acrescentar, agora, ao que já foi exaustivamente repetido pela troika que comanda a política econômico-financeira. O povo já cansou das razões invocadas por esses senhores que estão constantemente viajando, em grandes séquitos, exterior afora.

A opinião pública está esperando que o presidente da República promova mudanças capazes de reacender esperanças de melhoria nas condições de vida. Ou, pelo menos, que o governo mostre que está agindo de forma a justificar os sacrifícios a que a maioria está submetida. Uma aparição pública do chefe do Governo, dentro do atual quadro, pouco ou quase nada acrescentaria ao que já se está cansado de saber.

E não se trata de opinião, recolhida apenas nos arraiais oposicionistas, que provocam tantas reações de irritação da parte do presidente da República. Dentro do seu próprio partido, o PDS, levantam-se vozes sensatas a constatar a perda de credibilidade do governo, apontando o dedo, de modo muito particular, para a área econômica, onde tudo se decide sem a ninguém ouvir.

O presidente tem o poder de inverter toda uma situação desfavorável ao julgamento de seu governo, efetuando as mudanças que se impõem em sua equipe de auxiliares, paralelamente a alterações na postura do governo e a uma iniciativa ousada que resulte num entendimento com forças políticas oposicionistas, que representam amplas faixas do eleitorado brasileiro — majoritárias, como se teve oportunidade de constatar nas últimas eleições.

Pouca ou quase nenhuma responsabilidade poderá ser atribuída a um Poder Legislativo destituído da maior parte de suas principais prerrogativas. Responsabilidade maior caberá aos correligionários do governo dentro do Congresso, que não se empenham em mostrar ao presidente da República a realidade que cochicham na discrição fechada dos seus gabinetes.

É notório que as cortes dos príncipes costumam sonegar informações para mantê-los informados de um mundo sempre cor-de-rosa. Assim sempre foi antes e depois da queda de muitos impérios por esse mundo afora. Aquele pequeno livro de Maquiavel está cheio de ensinamentos a respeito da ignorância com que os auxiliares mais qualificados procuram manter os seus príncipes — e de como isso terminou sendo fatal para tantos.

O presidente João Figueiredo foi o grande responsável pelas conquistas democráticas que tivemos. No seu livro de haver e dever, há mais tinta azul do que vermelha. Ele ainda goza de crédito suficiente da Nação para tomar as medidas que a realidade social, econômica e política brasileira lhe impõe, mudando os rumos dos acontecimentos de forma a aumentar a credibilidade pública no governo e a conquistar a confiança de todos no soerguimento da Nação endividada e inflacionada.

Ou ele toma essa iniciativa corajosa, que haverá de lhe custar sentimentalmente tanto, ou todos estaremos ameaçados por um futuro próximo nada risonho. Em matéria de Estado não existem amizades, mas compromissos assumidos pelo chefe do Governo com a Nação e seu povo. As ligações afetivas, os sentimentos do cidadão, devem passar a um segundo plano quando surgem as imperiosas razões de Estado. É isso que costuma distinguir o estadista do comum dos mortais.

O presidente João Baptista Figueiredo poderia e deveria fazer um pronunciamento à Nação, depois que tomasse aquelas medidas de salvação nacional que o bom senso está apontando — e o bom senso instalou-se no PDS, como em vários outros partidos oposicionistas. A esmagadora maioria dos políticos, inclusive os oposicionistas, torce para que o chefe do Governo adote a orientação que a hora dramática lhe sugere. Sem tergiversações.

Este é um ano difícil, que não poderá conviver com a omissão e a relutância.

Os números oficiais estão aí para mostrar ao presidente da República o outro lado da moeda, que alguns lhe escondem. A inflação acumulada de todo o Governo Geisel alcançou 409 por cento, depois do "milagre" econômico e das consequências do primeiro choque do petróleo. A inflação acumulada em seu governo, até o mês de fevereiro, é de 1.391 por cento.

Ocupar uma cadeia de rádio e televisão para ler os relatórios preparados pelos mesmos homens que já caíram ao nível mais baixo de popularidade e credibilidade não contribui para reerguer o prestígio do governo perante a massa da população. Seria desgastar mais ainda a imagem do presidente que mais se identificou, pelo estilo e temperamento, com a maioria do povo brasileiro.